



CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

COMISSÃO DE JUSTIÇA

Relator: Vereador José Francisco Martinez

PL 244/2017

Trata-se de Projeto de Lei de autoria da Nobre Vereadora Fernanda Schlic Garcia, que *"Institui o "Programa EDUCTRAN – Educação de Trânsito na Escola" na forma de Tema Transversal nas escolas da rede pública de ensino municipal, e dá outras providências"*.

De início, a proposição foi encaminhada à D. Secretaria Jurídica, para exame da matéria, quanto aos aspectos legais e constitucionais, que exarou parecer opinando pela inconstitucionalidade do projeto (fls. 06/13).

Na sequência de sua tramitação legislativa, vem, agora, a esta Comissão de Justiça para ser apreciada.

Inicialmente, observa-se a matéria de educação para o trânsito é de alçada legislativa municipal, conforme prevê o art. 33, I, "o", da LOM, em consonância à competência material do art. 23, XII, da Constituição Federal.

No entanto, as ações previstas na proposição são tipicamente administrativas, ou seja, de alçada de iniciativa privativa do Chefe do Executivo, conforme estatui o art. 38, IV e art. 61, II e VIII, da Lei Orgânica Municipal, em simetria ao art. 82, II e VI, "a", da Constituição Federal.

Adiante, destaca-se que a Lei de Diretrizes e Bases, prevê no art. 9º, IV, que cabe à União estabelecer as diretrizes e parâmetros da educação nacional.

Ressalta-se ainda que no âmbito municipal, os órgãos competentes sobre a matéria são a Secretária da Educação, fundada no art. 16 da Lei Municipal 11.488, de 19 de janeiro de 2017, e o Conselho Municipal de Educação, da Lei Municipal 4.574, de 19 de julho de 1994, que estabelecem as políticas e objetivos da rede municipal de educação.

Por fim, destaca-se que existem no município duas normas que tratam de matéria similar, quais sejam: Lei 9.455, de 22 de dezembro de 2010 (em vigor), e a Lei 10.932, de 25 de agosto de 2014 (declarada inconstitucional na Adin 2183511-79.2014.8.26.0000). Deste modo, na eventualidade de aprovação da proposição, quanto à melhor técnica legislativa, a primeira norma deverá ser expressamente revogada.

Ante o exposto, a proposição padece de inconstitucionalidade.

S/C., 30 de outubro de 2017.

JOSÉ FRANCISCO MARTINEZ

Presidente-Relator

ANTONIO CARLOS SILVANO JR.

Membro

JOSÉ APOLO DA SILVA

Membro